



BALANÇO SNJ 2011

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Secretaria Nacional
de **Juventude**

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

2011, UM ANO DE MUITO TRABALHO E MUITOS DESAFIOS PARA A JUVENTUDE

O ano de 2011 foi marcado por muito trabalho e desafios para toda a equipe da Secretaria Nacional de Juventude. Ao longo deste período, cumprimos tarefas importantes, incluindo a reestruturação da SNJ, a fim de adequá-la ao seu novo papel no governo da presidenta Dilma Rousseff. O destaque é a ampliação do papel de articulação e coordenação da Política Nacional de Juventude por parte da Secretaria. Durante todo o ano, trabalhamos arduamente na organização da 2ª Conferência Nacional de Juventude, que mobilizou cerca de 550 mil jovens em mais de 1.500 etapas preparatórias e reuniu, em Brasília, 3 mil lideranças e delegados eleitos para representar a juventude brasileira. 2011 também foi marcado pelo aperfeiçoamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que resultou na transferência da modalidade ProJovem Urbano para o Ministério da Educação, onde o programa será potencializado, beneficiando um número ainda maior de jovens. Outro destaque foi a aprovação do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados, que se consolida como o mais importante marco legal de garantia dos direitos dos jovens brasileiros.

Novas iniciativas também foram implementadas em 2011. De uma forma inédita, o Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal incluiu no seu conteúdo um programa específico para o público jovem. Trata-se do programa Autonomia e Emancipação da Juventude, que prevê metas de aprimoramento das políticas juvenis, com o objetivo de superar as desigualdades, ampliar a participação social e oferecer mecanismos de

desenvolvimento autônomo e emancipatório dos jovens. O programa prevê, entre outras ações, a implementação das Estações Juventude, que são equipamentos públicos para articular, no território, as várias iniciativas de políticas voltadas para o segmento. Elas irão fortalecer as políticas de juventude a nível local e serão implementadas em parceria com estados e municípios, além dos ministérios que desenvolvem estes programas.

Ainda em 2011, a Secretaria definiu alguns temas que serão priorizados, a exemplo do enfrentamento à violência contra a juventude negra. Nesse sentido, também aprofundou o relacionamento com os órgãos que executam a política juvenil nos estados e municípios, e fortaleceu a participação social, com destaque para a atuação do Conselho Nacional de Juventude.

Graças ao trabalho e à dedicação de todos os companheiros e companheiras da SNJ e da Secretaria-Geral como um todo, dos membros do Conjuve, dos gestores estaduais e municipais, dos coordenadores de programas nos ministérios e das lideranças da sociedade civil, chegamos a 2012 com a certeza de que passos importantes foram dados, mas conscientes de que ainda temos muitos desafios pela frente. Este balanço é um instrumento tanto de transparência, quanto de subsídio para debates sobre o que realizamos em 2011 e o que ainda temos a realizar nos próximos anos, para que a Política Nacional de Juventude se transforme, de fato, em uma política de Estado, capaz de assegurar o amplo leque de direitos da juventude brasileira.

Severine Macedo

Secretária Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da
Presidência da República

INTRODUÇÃO

Em 2011, a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República ampliou a sua capacidade de coordenação da política de juventude, por meio do diálogo com ministérios que desenvolvem ações voltadas para o segmento, e aprofundou o relacionamento com os órgãos de políticas de juventude nos estados e municípios. Também priorizou o fortalecimento da participação social e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

O ano foi marcado pelo aperfeiçoamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Todas as modalidades (Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente) foram submetidas a processo de diagnóstico e proposição de melhorias que resultaram na pactuação, na melhor adequação às necessidades e interesses dos jovens e na consolidação do programa, a partir do seu Conselho Gestor. Entre as principais mudanças destacam-se a transferência da coordenação e execução do ProJovem Urbano da SNJ/SG-PR para o Ministério da Educação e sua incorporação no bojo da Educação de Jovens e Adultos, mantendo sua proposta pedagógica diferenciada e preservando os vínculos com a Política Nacional de Juventude. Em 2011, aderiram ao ProJovem Urbano 44.800 jovens de 20 estados, 21.500 de 18 capitais e 43.700 de 124 municípios com população superior a 100 mil habitantes, um total de 110 mil novas matrículas.

Outra realização importante foi a 2ª Conferência Nacional de Juventude, com cerca de 3 mil participantes, dos quais 90% eram da sociedade civil. Esse evento é resultado da mobilização de aproximadamente 550 mil jovens em todo o país. Foram 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal, 1.555 municipais, 124 regionais,

199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. Assim, a Conferência levantou as principais demandas dos jovens brasileiros e estabeleceu as diretrizes para as políticas do segmento para os próximos anos.

Neste ano em que ocorreu a transição do Ano Internacional da Juventude para o Ano Internacional dos Afrodescendentes, capitaneados pela ONU, o Governo Federal, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, debruçou-se sobre a séria situação dos homicídios contra jovens negros no Brasil. Assim, organizou sua atuação para o enfrentamento à mortalidade de jovens negros como pauta prioritária, a partir das três principais causas desse quadro: estigmatização do negro, banalização da violência, e desigualdade e baixa mobilidade social.

Também em 2011 foi construído um programa específico no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) do Governo Federal, denominado Autonomia e Emancipação da Juventude, que prevê metas de aprimoramento dessas políticas, com a perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da autonomia juvenil e da participação. Este é um avanço fundamental para a institucionalização da política de juventude em âmbito nacional.

Com base nessa iniciativa, será implementado o programa Estação Juventude. O objetivo é gerar oportunidades para que jovens entre 15 e 29 anos assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social, por meio de equipamentos públicos de articulação da política de juventude no território. Na mesma linha, prepara-se o lançamento do Participatório da Juventude, um observatório de geração de conteúdo de forma participativa, e a realização de pesquisa de atualização do perfil e das necessidades da juventude brasileira.

Na atuação interministerial, são realizados e apoiados projetos culturais, de promoção dos direitos das

jovens mulheres, de meio ambiente – com foco na Rio+20 – e, a partir do enfoque territorial, de capacitação da juventude rural. Serão definidas também as diretrizes de uma política nacional de inclusão digital da juventude rural. Como início destas experiências, foram lançados, em 2011, editais de apoio a projetos culturais promovidos por jovens (em parceria com os ministérios da Cultura, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário) e de ações de inclusão digital da juventude rural (em parceria com o Ministério das Comunicações). Além destas parcerias, a SNJ apóia o fortalecimento de órgãos estaduais e municipais de políticas de juventude, cuja premissa é o estímulo à participação social na esfera local.

No âmbito legislativo, destaca-se o projeto de lei que cria o Estatuto da Juventude, aprovado na Câmara Federal e que segue em análise pelo Senado Federal. O Estatuto regulamenta os direitos das pessoas de 15 a 29 anos, definindo obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do poder público.

Nas disposições gerais, é assegurado aos jovens o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à igualdade; à saúde; à cultura; ao desporto e ao lazer; à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; à comunicação e à liberdade de expressão; à cidade e à mobilidade e à segurança pública. A proposta ainda inclui a criação do Sistema Nacional de Juventude, definindo competências e obrigações da União, estados e municípios na garantia desses direitos.

CONSTRUÇÃO DA SNJ, DO CONJUVE E DO PROJOVEM

O Governo Federal iniciou em 2005 a construção de uma Política Nacional de Juventude. Sob a perspectiva de que o desenvolvimento de uma sociedade mais justa exige que os jovens encontrem condições dignas de acesso à educação, à formação profissional, à inserção no mercado de trabalho e à participação social, para isso foram criados: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República; o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

A criação da Secretaria Nacional de Juventude atendeu a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais e contribuiu para inserir essa pauta com a reafirmação dos jovens como sujeitos de direitos e superação da visão do jovem como problema social. Também possibilitou a ampliação da capacidade de articulação do Governo Federal em diversos níveis e espaços de ação do Estado, como os ministérios, o Legislativo e os entes federados. Além de executar o ProJovem, a SNJ, desde a sua criação, assumiu o papel de coordenação das iniciativas de diversos ministérios, em ação intersetorial que combinava um conjunto de políticas estruturantes com programas específicos.

A SNJ é instrumento importante para a incorporação da temática juvenil também no âmbito dos municípios e dos estados, de forma a impulsionar e contribuir para a criação de organismos de juventude em todo o País. A Secretaria ainda dialoga intensamente com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre os marcos legais da Política Nacional de Juventude.

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Ao longo de todo o ano de 2011, jovens das mais diferentes realidades do Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.500 cidades. A Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, desde o primeiro momento desta gestão, voltou seus esforços e fez uma aposta na importância política e programática da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

A etapa nacional da Conferência, que aconteceu de 9 a 12 de dezembro em Brasília, contou com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores, dos quais 90% eram da sociedade civil, e estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude para os próximos anos. Ela foi resultado da mobilização de jovens que participaram de 27 etapas estaduais e distrital, 1.555 municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades e Tradicionais. É importante ressaltar que a equipe da Secretaria acompanhou, presencialmente, muitas dessas etapas e compareceu a todas as conferências estaduais e na distrital. Também foi muito importante o empenho dos gestores estaduais e municipais durante todo o processo.

O balanço é bastante positivo. A diversidade dos jovens e a pluralidade das demandas são a marca desse longo processo. A Conferência intensificou a participação juvenil e o controle social, nacionalmente e nos estados e

municípios. Para a SNJ, foi um marco da integração e, especialmente, do estreitamento do relacionamento da Secretaria com os movimentos sociais e também entre os próprios grupos de juventude. Além disso, o Brasil se consolidou como uma liderança da gestão participativa de políticas públicas de juventude, confirmada pelos representantes dos 14 países que prestigiaram a etapa nacional.

A pauta da juventude está em um momento de fortalecimento dentro do Governo Federal. Isso pode ser verificado com a ampla presença dos delegados governamentais, de seis ministros (Secretaria-Geral, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial) e do Presidente da República em exercício (Marco Maia) na cerimônia de abertura.

“Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos” foi o tema da Conferência, que norteou os debates e possibilitou a reafirmação dos jovens como estratégica ao desenvolvimento sustentável do país. Se na 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, o lema foi “Levante a Sua Bandeira”, a marca desta 2ª Conferência foi justamente o aprofundamento das discussões sobre os direitos da juventude e, especialmente, os mecanismos institucionais para que eles sejam efetivados.

A Conferência teve três temas centrais: Juventude, Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude: prioridades de 2011-2015; e Articulação e Integração das Políticas Públicas de Juventude. Os debates foram subsidiados pelo texto-base, elaborado a partir das formulações contidas nos documentos “Políticas Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas” e “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude”, do Conjuve; nas diretrizes da Secretaria Nacional de Juventude; e na Carta de Direitos da Juventude, da Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ).

Para sistematizar as discussões e garantir a diversidade e a complexidade das demandas dos jovens, a Conferência de Juventude foi organizada em cinco eixos temáticos e 18 grupos de trabalho:

- Eixo 1: Direito ao desenvolvimento integral: 1.1 Educação, 1.2 Trabalho, 1.3 Cultura, 1.4 Comunicação;
- Eixo 2: Direito ao território: 2.1 Cidade, 2.2 Campo, 2.3 Transporte público, 2.4 Meio ambiente, 2.5 Comunidades e povos tradicionais;
- Eixo 3: Direito à experimentação e qualidade de vida: 3.1 Saúde, 3.2 Esporte, 3.3 Lazer e tempo livre;
- Eixo 4: Direito à diversidade e vida segura: 4.1 Direitos humanos, 4.2 Segurança, 4.3 Questões étnicorraciais, 4.4 Questões LGBT, Gênero;
- Eixo 5: Direito à participação e fortalecimento institucional: 5.1 Participação, 5.2 Fortalecimento institucional.

Na etapa nacional da Conferência, o debate foi iniciado nos grupos de trabalhos. As resoluções de cada GT convergiam para as suas respectivas plenárias de eixo, uma novidade na metodologia, que, por sua vez, eram encaminhadas para a aprovação da plenária final. Este foi um processo intenso de debates, mas que, ao término das atividades, obteve o respaldo político amplo dos delegados e demais participantes, inclusive por ter contemplado a diversidade da juventude brasileira.

Esta diversidade esteve presente desde os primeiros momentos. Por isso, é possível fazer alguns destaques desta mobilização. As etapas territoriais articularam jovens dos Territórios da Cidadania, possibilitando a participação mais organizada dos jovens que vivem no campo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário teve um papel fundamental, pois conseguiu envolver atores locais para estas iniciativas.

Já a 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais, que aconteceu em Brasília nos dias 7 e 8 de novembro, reuniu representantes de jovens indígenas,

quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, caboclos, de terreiros, mestiços, ciganos, pomeranos, entre outros. Foi um rico momento de diálogo e, principalmente, de dar visibilidade às pautas destes segmentos. A atividade, realizada em parceria com o Conjuve, também foi importante por ter contado com a colaboração de diversos ministérios: Cultura, Turismo, Desenvolvimento Agrário, Políticas de Promoção de Igualdade Racial, além da Fundação Cultural Palmares e da Fundação Nacional do Índio.

A 1ª Conferência Livre Virtual foi mais uma inovação da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Para além de estimular a participação de jovens de todo o país, em diferentes formatos, a SNJ, o Conjuve e organizações da sociedade civil promoveram um ambiente virtual aberto para os mais diferentes debates. O primeiro momento foi o Fórum Preparatório Permanente, que ficou no ar de setembro a novembro e possibilitou a participação de qualquer cidadão para enviar sugestões e emendas ao texto-base. O outro estágio foi a Virada Virtual, que agregou jovens de distintas realidades em uma ampla discussão sobre políticas públicas de juventude que durou 24 horas.

A 2ª Conferência Nacional de Juventude foi um passo importante para que, nas políticas públicas de juventude, a participação social se consolide como método de gestão nas três esferas de poder. Cada vez mais, os movimentos sociais juvenis são parte da elaboração e monitoramento dos programas governamentais voltados para os jovens brasileiros. A Conferência firmou as diretrizes políticas para os próximos anos e estabeleceu uma série de desafios para a Secretaria, como por exemplo, a aprovação do Estatuto da Juventude, do Plano Nacional de Juventude e a construção do Sistema Nacional de Juventude, que são mecanismos concretos de implementação e institucionalização da política. O compromisso em 2012 é a criação de um grupo de trabalho interministerial para transformar em ações e monitorar a implementação das resoluções da Conferência.

ARTICULAÇÃO PARA A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

Em 2011, a Secretaria Nacional de Juventude ampliou suas funções de coordenação da Política Nacional de Juventude a partir do reforço da articulação e interlocução com os órgãos federais, estaduais e municipais que implementam ações e programas para jovens, sem perder a perspectiva de execução de programas inovadores na promoção dos direitos deste segmento. Nesse sentido, tornou-se possível a construção e proposição de um programa específico sobre juventude no Plano Plurianual (PPA), denominado **Autonomia e Emancipação da Juventude**. O programa conta com objetivos e iniciativas sob responsabilidade de diversos órgãos de governo e prevê metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para juventudes, com a perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da participação dos jovens.

Uma importante ação é a dinâmica permanente de diálogo com organizações e demais ministérios. Foi possível estreitar parcerias com o Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Saúde e outros. Algumas dessas parcerias desdobraram em novas ações que foram incluídas na revisão do planejamento feita em agosto de 2011.

Algumas atividades em realização a partir da articulação com os ministérios:

Ministério da Educação:

- Transição do ProJovem Urbano;
- Discussão sobre o ProJovem Campo;
- Discussão sobre o PronaCampo;
- Enfrentamento à Violência contra Juventude Negra: ação do Fórum de Direitos e Cidadania
- Programa Josué de Castro.

Ministério das Comunicações:

- Edital de Projetos de Extensão para Inclusão Digital da Juventude Rural: R\$ 6.415.975,52 para 38 projetos de 27 Universidades e Institutos Federais.

Ministério da Cultura:

- Prêmio Agente Jovem de Cultura: R\$ 5 milhões para 500 jovens empreendedores culturais; parceria interministerial: Cultura, Saúde e Desenvolvimento Agrário.
- Enfrentamento à Violência contra Juventude Negra: ação do Fórum de Direitos e Cidadania;
- Discussão sobre a constituição de Grupo de Trabalho para construção da Política Nacional de Juventude e Cultura.

Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- Políticas para a juventude rural;
- Formação de Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas para a Juventude Rural com participação dos movimentos sociais;

Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome:

- Discussão sobre ProJovem Adolescente.

Ministério da Saúde:

- Saúde do trabalhador: Agenda Nacional do Trabalho Decente para Juventude;
- Discussão sobre o Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, em parceria com outros ministérios, especialmente Ministério da Justiça;
- Enfrentamento à Violência contra Juventude Negra: ação do Fórum de Direitos e Cidadania

Ministério do Trabalho:

- Discussão sobre o ProJovem Trabalhador;

- Agenda Nacional do Trabalho Decente para Juventude.

Secretaria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial:

- Enfrentamento à Violência contra Juventude Negra: ação do Fórum de Direitos e Cidadania.

Secretaria de Políticas para as Mulheres:

- Construção da pauta das mulheres jovens;
- Formação de Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas para as Jovens Mulheres com participação dos movimentos sociais.

Secretaria de Direitos Humanos:

- Construção da pauta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais jovens.
- Enfrentamento à Violência contra Juventude Negra: ação do Fórum de Direitos e Cidadania.

PROGRAMA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Com o aumento da capacidade de coordenação das Políticas de Juventude pela SNJ tornou-se possível, pela primeira vez, a construção e proposição de um programa específico para jovens no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) do Governo Federal, denominado Autonomia e Emancipação da Juventude. O programa conta com objetivos e iniciativas sob responsabilidade de diversos órgãos de governo, prevê metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para juventudes, com a perspectiva de superação das desigualdades, e de ampliação da participação dos jovens.

O Programa promove a transversalidade do tema, com foco na autonomia e emancipação da juventude. Os objetivos e iniciativas do programa reforçam a Política Nacional de Juventude, por meio do fortalecimento institucional; ampliação da capacidade de elaboração, avaliação e monitoramento das PPJs da SNJ; incorporação das perspectivas de igualdade de gênero, etnicorracial, livre orientação sexual e acessibilidade de jovens com deficiência; fortalecimento da agenda internacional de cooperação sul-sul; e fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude e da participação social.

Alguns programas e projetos incluídos no programa Autonomia e Emancipação da Juventude são:

- Estação Juventude;
- Participatório da Juventude;
- Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra;
- Capacitação da Juventude Rural;
- Apoio a microprojetos produtivos de jovens;
- ProJovem Urbano;
- ProJovem Trabalhador;
- Aprendizagem Profissional;
- Parceria com órgãos de juventude nos estados e municípios: construção do Sistema Nacional de Juventude;
- Cooperação Sul-Sul e integração regional.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE DA JUVENTUDE NEGRA

Com o crescente índice de violência e mortalidade por homicídios entre a população jovem negra do país, o Governo Federal voltou esforços em 2011 para a discussão intersetorial, construção e pactuação de um Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude

Negra. Dados de 2010 mostram que das 49.932 vítimas de homicídio no Brasil, 91,3% eram homens e 70,6% eram pessoas negras. Entre estas vítimas, mais da metade (53,5%) era de pessoas jovens, das quais 74,6% eram negros. A maior parte das vítimas de homicídio tem entre 15 e 29 anos, escolaridade média de 4 a 7 anos de estudo e são residentes em bairros pobres.

Esta questão, aprovada como prioridade na 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, tornou-se uma das agendas centrais da Secretaria Nacional de Juventude desde o início da nova gestão. Ao ser apresentado pela SNJ para o Fórum Direitos e Cidadania, o tema ganhou força no governo, que iniciou um debate intenso para a formulação de ações integradas executadas por diversos ministérios.

A partir deste entendimento, o Governo Federal organiza sua atuação para o enfrentamento à mortalidade de jovens negros no âmbito das três principais causas desse quadro: estigmatização do negro, banalização da violência e desigualdade e baixa mobilidade social.

Uma das perspectivas para 2012 é a definição do formato da rede de mobilização para o enfrentamento da mortalidade da juventude negra. O programa Estação Juventude, por exemplo, terá unidades implantadas justamente nos territórios de maior incidência de atos de violência contra este segmento.

A SNJ assegurou orçamento para ações de publicidade, mobilização e conscientização do plano e ampliou a sua articulação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A secretaria também tem participação no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e na Comissão Permanente de Promoção e de Defesa dos Direitos da Juventude Negra.

PROJOVEM URBANO

A pedido da presidenta Dilma Rousseff, iniciamos o ano de 2011 com uma profunda avaliação sobre o Projovem Urbano, um dos principais programas da Política Nacional de Juventude, a fim de consolidar, ampliar e potencializar sua execução. Posteriormente, por uma decisão presidencial, optou-se pela transferência da coordenação do programa da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC). Esta decisão teve como intuito ampliar algumas linhas de ação do programa e consolidar os avanços e conquistas dos últimos anos. Para tanto, instituiu-se uma agenda de encontros para planejar o período de transição e o desenho geral da transferência de atribuições. As equipes da SNJ e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC estabeleceram uma parceria para garantir o êxito do desenvolvimento dos trabalhos de gestão e monitoramento, bem como o encerramento e conclusão das turmas iniciadas em maio de 2010 e o planejamento e a preparação das novas turmas a partir de 2012.

Como resultado dos trabalhos de transição, a coordenação do programa no MEC terá os seguintes aspectos:

- reafirmação do ProJovem Urbano como um programa estratégico para a Política Nacional de Juventude;
- manutenção da faixa etária (18 a 29 anos);
- salas de acolhimento dos filhos de zero a 8 anos dos alunos do programa, filhos de jovens atendidos pelo Programa, sem prejuízo à oferta de educação infantil e de creches no período diurno;
- mecanismos de acessibilidade para inclusão de alunos com deficiência;
- ampliação da gestão intersetorial e da participação social, envolvendo a inserção de conselhos de juventude nos comitês gestores nacional e locais, a serem regulamentados por portaria interministerial, e contemplando a agenda territorial de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em cada unidade federada;
- ampliação da base territorial de atendimento do programa para municípios a partir de 100 mil habitantes (antes era de 200 mil);
- articulação com outros programas do MEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Educacenso e outros;
- possibilidade de expansão do atendimento a jovens das áreas rurais egressos do Programa Brasil Alfabetizado;
- avaliação dos impactos sociais do programa sob a responsabilidade da SNJ;
- manutenção do auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00, mediante cumprimento da frequência;
- manutenção do projeto pedagógico integrado (ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã);
- disponibilização de materiais didáticos complementares com foco nas questões de gênero e de educação para as relações étnico-raciais;
- manutenção das atividades de formação de gestores, formadores e educadores, com participação da SNJ no conteúdo sobre juventude;
- política de participação e controle social: inclusão de conselhos de juventude no acompanhamento local e nacional do programa;
- gestão local sob responsabilidade da secretaria de educação;
- inserção de Conselhos de Juventude nos Comitês Gestores Locais, fortalecendo a gestão compartilhada;
- orientações para a oferta do atendimento educacional especializado de disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade como financiamento para a contratação de tradutor e intérprete de libras;
- prioridade de atendimento a jovens negros (Plano de Enfrentamento da Mortalidade da Juventude Negra) e aos jovens residentes nas regiões impactadas por grandes obras do Governo Federal;

Quanto ao ingresso das novas turmas do ProJovem Urbano, o decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011, determinou que ocorreria por meio de matrícula nos estados, Distrito Federal e municípios, e que seria monitorado por sistema próprio do Ministério da Educação. Dessa forma, a manutenção das informações sobre a frequência dos alunos e sua posterior avaliação ocorrerá também dentro do sistema do MEC. Ressalte-se que o mesmo decreto definiu que a transferência do ProJovem Urbano da Secretaria Nacional de Juventude para o Ministério da Educação deveria prever movimentação de dotações orçamentárias e adaptações de cunho operacional, de acervos, direitos e obrigações relativas à execução da modalidade ProJovem Urbano.

Destacamos que, a partir desse decreto, a Secretaria Nacional de Juventude assume novos papéis no ProJovem Urbano:

- participar do processo de formação inicial e continuada de gestores, formadores e educadores, sendo responsável pelo conteúdo relativo aos temas da juventude;
- articular mecanismos de acompanhamento e controle social da execução;
- realizar a avaliação dos impactos sociais;
- verificar a adequação da implementação do programa com as diretrizes da política nacional de juventude.
- participar do comitê gestor nacional.

A Secretaria Nacional de Juventude também permaneceu com a competência e responsabilidade da gestão, acompanhamento, avaliação e análise dos processos relacionados aos ingressos ocorridos em 2010, que está em processo final de avaliação e certificação das turmas neste primeiro trimestre de 2012. Para tanto, foram prorrogadas algumas

parcerias com universidades federais, com a finalidade de dar suporte operacional às atividades de monitoramento e supervisão nesta etapa final. Destaca-se que os últimos dados da gestão da SNJ, enquanto coordenadora do ProJovem Urbano, são referentes às turmas iniciadas em maio de 2010 com os seguintes números. O balanço dos alunos concluintes ainda está fase de consolidação.

- 152.396 alunos matriculados;
- 67 municípios atendidos;
- 10 estados atendidos;
- 3 unidades prisionais atendidas.

Além disso, a SNJ também mantém um diálogo constante com os ministérios que executam as demais modalidades do ProJovem: Ministério do Trabalho e Emprego (ProJovem Trabalhador), Ministério do Desenvolvimento Social (ProJovem Adolescente) e o próprio Ministério da Educação (ProJovem Campo). Em 2012, esta interface será aprofundada justamente para ampliar o processo de avaliação destes programas.

ESTAÇÃO JUVENTUDE

A Secretaria Nacional de Juventude identificou, a partir de uma série de avaliações a respeito dos programas de juventude do Governo Federal ao longo de 2011, a demanda de iniciativas que ampliem o acesso dos jovens às políticas públicas de forma articulada no território. Além disso, a juventude brasileira ainda tem carência de equipamentos públicos específicos para desenvolver as suas atividades e garantir estruturas de participação social.

Estes diagnósticos mostraram que os entes públicos possuem uma diversidade de programas, projetos e ações voltadas para a juventude, mas que, diluídas em diversas regiões com pouca ou nenhuma comunicação, não conseguem potencializar-se e, assim, alcançar as metas de atendimento e inclusão necessárias. A SNJ, como indutora da Política Nacional de Juventude, tem papel central na estruturação de mecanismos de articulação destas iniciativas.

Para isso, foi elaborado o programa Estação Juventude. A partir destas discussões, com o objetivo de melhorar a formulação e futura implementação das unidades do programa, decidiu-se fechar em 2011 o desenho da iniciativa, lançá-la na 2ª Conferência Nacional de Juventude e iniciar sua implementação em 2012.

O programa Estação Juventude objetiva gerar oportunidades para que jovens de 15 a 29 anos assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social, seja através de plataforma digital aberta a todos e também por meio de unidades nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude e contando com a colaboração de outros ministérios, o programa reunirá um conjunto de programas, projetos e ações federais e locais voltadas para os jovens e, em parceria com municípios, estados e sociedade civil, disponibilizará espaço para divulgação de ações destes entes para o segmento juvenil. Além disso, disponibilizará financiamento para aquisição de equipamentos, disseminará informações qualificadas e oferecerá tecnologias sociais que possam ampliar circuitos de comunicação e gerar redes sociais de interesse dos jovens, assim como apoiará linhas de ação que atendam demanda específica selecionada por jovens de cada localidade.

O programa enfocará a dimensão territorial do desenvolvimento, propondo-se a contribuir para modificar

as trajetórias de vida de jovens que vivem em áreas de vulnerabilidade social. E, com esta perspectiva, se propõe também a contribuir para a consolidação da Política Nacional de Juventude nos municípios e estados brasileiros.

São características das unidades do programa Estação Juventude:

- pólos de acesso e articulação da política de juventude em duas perspectivas: eletrônica (internet) e no território;
- disseminação de informações qualificadas sobre programas e serviços para jovens;
- oferecimento de tecnologias sociais;
- ampliação dos circuitos de comunicação;
- geração de redes sociais de interesse dos jovens;
- componentes comuns: plataforma digital/ informação e comunicação, percursos de emancipação juvenil, participação social;
- linhas de ação específicas, selecionadas por cada Estação: práticas culturais e artísticas, práticas de esporte e lazer, ações socioambientais, segmentos juvenis específicos, intervenção e desenvolvimento comunitário;
- modalidades: fixa, móveis e complementares.

PARTICIPATÓRIO: OBSERVATÓRIO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE

Na perspectiva da coordenação das ações para juventude em todo o governo, é necessário o diagnóstico constante e monitoramento das ações executadas pelos diversos ministérios. Para isso foi incluído no planejamento 2011 da SNJ a ação de definição e construção do formato do observatório participativo da juventude.

Definiu-se o nome de *Participatório: Observatório participativo da juventude*, pois terá dois eixos: geração de conteúdo sobre políticas de juventude, e participação social.

Faz parte do eixo observatório: conteúdo, produção de artigos e publicações, estímulo à produção de conteúdo por pesquisadores jovens, monitoramento e avaliação das políticas públicas de juventude, a realização de uma pesquisa nacional sobre a juventude brasileira, a construção de novos indicadores, bem como a discussão com o IBGE e o IPEA sobre formas para melhor construir dados estatísticos que visibilizem as condições da juventude. No eixo participativo: ambiente virtual de participação social da juventude, construção coletiva da produção de conhecimento, capacidade de influência nos programas de juventude do governo e o desenvolvimento de conteúdos produzidos pelos jovens para o eixo observatório.

Dessa forma pretende-se estimular a participação efetiva da juventude na formulação e monitoramento das políticas públicas, bem como na reafirmação de valores para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo o jovem como agente estratégico desse processo.

FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Ao reafirmar o seu papel de indutora da Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude estabeleceu o estreitamento da relação com órgãos estaduais e municipais de política para este segmento como uma das suas prioridades ao longo desta gestão. Além de contribuir para o fortalecimento destes espaços institucionais, o objetivo estratégico é construir o Sistema Nacional de Juventude, a partir do diálogo permanente com os entes federados.

Em novembro, a SNJ promoveu encontro com gestores estaduais de juventude. Os objetivos foram discutir o papel da Secretaria no processo de construção da Política Nacional de Juventude e mecanismos de apoio a estes órgãos. Entre os assuntos, estavam a realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude e o balanço das etapas estaduais e municipais, a transição do ProJovem Urbano para o Ministério da Educação (MEC), o Estatuto da Juventude, o programa Autonomia e Emancipação da Juventude no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o Participatório da Juventude e o programa Estação Juventude. O encontro também iniciou o debate sobre a construção do Sistema Nacional de Juventude.

Este encontro foi fundamental para a consolidação de outro produto do planejamento da SNJ: o apoio da Secretaria aos órgãos de políticas de juventude nos estados. Com o objetivo de avançar na institucionalização e aprofundar a estruturação do Sistema Nacional de Juventude, a SNJ convidou todos os 26 estados, mais o Distrito Federal, para firmar convênio voltado para o fortalecimento destes órgãos. A

ação, que disponibilizou mais de R\$ 4 milhões, tem duas funções principais: a primeira é justamente promover uma agenda de atividades que aprofunde as demandas e desafios de cada estado e a outra é viabilizar mecanismos estruturados de participação social juvenil. Uma inovação é a exigência de que os conselhos estaduais de juventude estejam em pleno funcionamento ao final do convênio.

Ao aderir e cumprir as exigências, os estados têm recursos para custeio de atividades como seminários, aluguel de equipamentos, relacionamento com órgãos municipais e projetos para fortalecer as políticas locais. O repasse de cada convênio foi de até R\$ 150 mil, com a vigência de 15 (quinze) meses, a partir da data de assinatura. Em contrapartida, os estados devem investir de 10% a 20% do valor global do projeto e deverão criar ou manter os conselhos estaduais de juventude.

Mesmo com um prazo curto de envio das propostas – por conta da proximidade do fim do ano –, o balanço foi considerado positivo pela SNJ quanto pelos gestores estaduais. Oito estados foram aprovados: Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Sul, Piauí e Ceará, totalizando um repasse de R\$ 1.049.560,00. Em 2012, uma nova rodada de convênios será feita, para que esta estratégia contemple os estados que não tiveram condição de participar em 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

O Conselho Nacional de Juventude teve a sua atuação fortalecida em 2011, o que pôde ser constatada por duas características principais. A primeira é o protagonismo na construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Os conselheiros contribuíram para a elaboração dos documentos orientadores dos debates, acompanharam e estimularam a realização de

diversas etapas preparatórias, se destacaram na condução das etapas preparatórias e da nacional.

A outra característica é a participação dos conselheiros, bastante propositiva, no processo de transição do ProJovem Urbano para o MEC e também na elaboração dos programas desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Juventude em 2011, com destaque para a Estação Juventude, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude e o Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade de Jovens Negros. A presença do Conjuve nestes espaços é, para a SNJ, um exemplo concreto de compromisso dos conselheiros e de participação social na gestão pública.

As comissões do Conjuve se destacaram na condução dos trabalhos. Há exemplos relevantes: a permanente animação da Rede Nacional de Conselheiros de Juventude, realizado pela Comissão de Articulação e Diálogo; a defesa pela aprovação do Estatuto da Juventude, liderada pela Comissão de Relações com o Parlamento; a coordenação do plano de comunicação da Conferência e da reformulação do site do conselho, da Comissão de Comunicação; e o monitoramento dos programas, feito pela Comissão de Acompanhamento de Políticas Públicas, que culminou na publicação do livro “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010.” Além disso, os conselheiros promoveram discussões dentro de grupos de trabalho com temas específicos, como meio ambiente e a Rio+20, o conteúdo do Estatuto da Juventude e as relações internacionais, que estiveram presentes em todas as agendas externas da Secretaria.

Assim, ao longo de 2011, a SNJ garantiu as atividades do Conjuve: quatro reuniões ordinárias, duas extraordinárias, cinco reuniões da Mesa Diretora e 12 reuniões de comissões, grupos de trabalho e subcomissões.

Este conjunto de iniciativas resultou em avanços importantes no diálogo institucional da SNJ com o Conjuve, que consolidou uma forma colaborativa de fazer a gestão das atividades. A principal conquista deste relacionamento, construído de forma parceira, crítica e sincera, é a maior incidência do Conselho na construção da Política Nacional de Juventude.

ESTATUTO DA JUVENTUDE E RELAÇÕES COM O PARLAMENTO

Para a Secretaria Nacional de Juventude, a consolidação dos direitos dos jovens brasileiros deve ser construída tanto com a ampliação e o aperfeiçoamento dos programas governamentais quanto pela garantia da efetivação e perenidade destas conquistas. O papel do Estado na viabilização destes direitos se dá pela implementação de iniciativas pelo poder executivo, mas também pela aprovação de marcos legais que institucionalizem direitos e metas de inserção social, produtiva, econômica e cultural da juventude. Assim, a SNJ mantém um diálogo intenso e permanente com o Parlamento, a fim de sensibilizar e oferecer subsídios para que os legisladores possam colocar as demandas da juventude na pauta do Congresso Nacional.

Em 2011 houve dois importantes avanços na relação com o Parlamento em relação às Políticas Públicas de Juventude. Primeiro, a SNJ apoiou a rearticulação da Frente Parlamentar de Defesa da Juventude na Câmara dos Deputados, lançada em abril de 2011. Em outubro, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Estatuto da Juventude, projeto de lei que tramitava desde 2004 e traz uma série de direitos e

garantias para os jovens. Atualmente, o PL tramita no Senado Federal.

Para ampliar a discussão sobre o Estatuto da Juventude, a SNJ incentivou o debate nas etapas preparatórias e nacional da Conferência de Juventude e realizou uma série de encontros: gestores municipais e estaduais, com mais de 60 presentes; juventudes partidárias, com 12 partidos da base governista e da oposição; debates com o Conselho Nacional de Juventude e com a Frente Parlamentar de Juventude da Câmara; e também diálogos internos do governo, principalmente com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que faz a interface entre o Poder Executivo e o Parlamento.

Após receber contribuições de vários ministérios, a secretaria trabalha um conjunto de emendas ao Estatuto da Juventude, no sentido de fortalecê-lo e qualificá-lo como um instrumento de ampliação dos direitos dos jovens brasileiros. Além disso, a SNJ intensifica o diálogo interno no governo e com as entidades e movimentos juvenis para dirimir eventuais pontos polêmicos presentes no decorrer da tramitação do projeto de lei.

Ainda na relação com o Parlamento, outra ação da SNJ é o acompanhamento de projetos de lei e iniciativas do Poder Legislativo em relação à juventude, com a elaboração de notas técnicas, sugestões de emendas e acompanhamento da tramitação, entre outras ações.

RIO+20

Essa ação foi incluída no planejamento da SNJ em agosto de 2011, devido à importância da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e do seu caráter de participação e mobilização social, especialmente da juventude.

No entendimento da Secretaria, a juventude é estratégica para o desenvolvimento sustentável, justamente pelo fato dos 53 milhões de jovens serem segmento populacional mais impactado pelas transformações ambientais. Além disso, a discussão da SNJ é orientada tanto pela preocupação com o meio ambiente quanto pela garantia de que a juventude tenha condições de exercer os seus direitos fundamentais para a inclusão econômica, social e política, e porque deve ser promotora – não só beneficiária – da construção do desenvolvimento sustentável, justo e solidário.

Com este intuito foram realizados debates e mobilização em reuniões com o Conselho Nacional de Juventude e, inclusive, dentro do governo. Durante as etapas municipais, estaduais e nacional da Conferência de Juventude, o tema foi colocado em pauta como mecanismo de ampliação da participação dos jovens.

A SNJ articula um processo de debate e promoção da participação da juventude na Rio+20, que se iniciou no Fórum Social Temático 2012 (FST), realizado em Porto Alegre. A partir de várias parcerias, se desenvolverá uma campanha nacional que culmina com atividade na própria Conferência. O objetivo é fortalecer a concepção de complementaridade entre os três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental – e a coesão da sociedade civil na pauta.

Esse objetivo avançou já no início de 2012. Foi constituído um grupo de trabalho com participação de

representantes de ministérios, organizações juvenis e Conjuve. O GT, em uma atividade com 80 jovens no FST, apontou conteúdos e uma estratégia para a ampliação da participação da juventude na Rio+20 e, mais especialmente, em ações para a consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável com justiça e participação social da juventude.

Durante o Fórum, a SNJ fez uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Este diálogo estimulou a construção de ações para garantir a ampliação da participação da juventude na Rio+20 e na formulação de políticas estratégicas de desenvolvimento social com justiça e participação juvenil. O Conjuve e organizações da sociedade civil foram atores centrais no encontro.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

Um dos principais desafios para a Política Nacional de Juventude é a relação da juventude com o crack e outras drogas. O tema foi intensamente discutido nas etapas preparatórias e nacional da 2ª Conferência Nacional de Juventude, o que demonstra que ele está na pauta de discussão dos jovens brasileiros. Isto é um indicativo importante de que a preocupação e o envolvimento da Secretaria Nacional de Juventude com o assunto é bastante relevante. A SNJ acredita que o atendimento ao jovem usuário de crack e outras drogas deve ser feito por meio de um conjunto integrado de políticas públicas, especialmente voltado para a compreensão de que o tema é, de forma fundamental, um assunto de política de saúde pública.

Em 2011, a Secretaria participou, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania e, posteriormente, na Casa Civil, de diversas reuniões com o intuito de acompanhar e inserir ações no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Também foram realizadas reuniões com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, e com o Ministério da Saúde. Os encontros reforçaram a parceria e discutiram estratégias para 2012 como a inclusão do tema juventude nos materiais produzidos, realização de encontros com especialistas e de seminários com a participação da sociedade civil e implementação de ações preventivas no programa Estação Juventude.

JUVENTUDE RURAL

As demandas de políticas públicas para a juventude rural foram apresentadas para a Secretaria Nacional de Juventude por uma pluralidade de movimentos do campo: sindicais, camponeses, de jovens mulheres rurais e da agricultura familiar. A SNJ constituiu um Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude Rural (GTPPJ) com a participação de ministérios, identificados como relevantes para a construção de uma Política Nacional para a Juventude Rural, e de representantes da sociedade civil, tanto os mais estruturados quanto aqueles em processo de articulação nacional, como as juventudes quilombola e assalariada rural.

Esse espaço permitiu a elaboração de agendas comuns e a negociação entre a pauta dos movimentos sociais e as possibilidades a curto, médio e longo prazo da consolidação de uma política nacional deste tema. O GTPPJ também contribuiu para as articulações de diferentes segmentos da juventude rural e para a construção coletiva de propostas para 2ª Conferência

Nacional de Juventude e de participação nas conferências territoriais.

Como uma primeira ação concreta desta pauta, a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações e a Secretaria Nacional de Juventude lançaram, em outubro de 2011, edital para selecionar projetos de extensão propostos por Universidades Federais e Institutos de Ensino Superior (Ifes) voltados para a inclusão digital da juventude rural. Ao todo, serão investidos R\$ 6.415.975,52 para 38 projetos de 27 instituições.

Esse é o início de um trabalho que, somado a outras ações do Governo Federal, tem o objetivo de ampliar o acesso à internet nas áreas rurais do país, contribuindo para incluir produtivamente as populações jovens e, dessa forma, apoiar a sucessão na agricultura familiar. O edital é uma oportunidade para o desenvolvimento de ações para além do uso simples do computador. A inclusão digital do campo deve atender demandas específicas, que façam sentido para a vida deste jovem, como, por exemplo, alternativas para geração de renda e acesso a bens culturais.

O edital teve três linhas temáticas: Educação do Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas áreas rurais. Com duração de 16 meses, os projetos acontecem, preferencialmente, nos assentamentos da reforma agrária ou junto aos povos ou comunidades tradicionais.

Para 2012, as perspectivas são a realização de um Seminário Nacional para a Construção da Política Nacional de Juventude Rural e a execução de programas de capacitação e inclusão da juventude rural. Outra importante ação será ampliar a parceria com o Programa Territórios da Cidadania visando fortalecer os Comitês de Juventude dos Territórios, bem como potencializar ações nessas áreas e as parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No ProJovem, a SNJ continuará a colaborar no desenvolvimento da linha voltada para a juventude rural. Outra importante parceria no MEC é no PronaCampo para o qual não só temos participado do processo de formulação, mas também com uma proposição de ação em conjunto voltada para os jovens rurais.

MULHERES JOVENS

Em relação às jovens mulheres, a Secretaria Nacional de Juventude também trabalha para garantir ações específicas de modo a fortalecer e proporcionar maior autonomia e inclusão dessa parcela da juventude. Neste primeiro ano de gestão, com base nas diretrizes do Programa de Governo, nos diversos documentos produzidos nos últimos anos e no diálogo permanente com a sociedade civil organizada, a SNJ desenvolve uma intensa agenda de trabalho, que prioriza, entre outros temas, ações voltadas para as jovens mulheres, na perspectiva de combater a reprodução das desigualdades, ampliar a autonomia e colocar esta temática na centralidade da agenda das Políticas Públicas de Juventude.

Por essa razão, a SNJ articula e executa ações que promovam os direitos das mulheres jovens, visando garantir a autonomia plena, a inclusão social e produtiva, bem como a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude.

Nesse sentido, a Secretaria aumentou sua articulação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e com outros órgãos governamentais e não-governamentais.

Em 2011 foram realizadas algumas ações nessa pauta, como: negociações para parcerias nas políticas para mulheres jovens; assinatura do protocolo de intenções com a ONU Mulheres; levantamento das ações setoriais que podem ser integradas e construção de novas diretrizes; participação da SNJ no Comitê de Articulação e Monitoramento do 2º Plano Nacional de Política para as Mulheres; aprovação e criação do grupo de trabalho de Mulheres Jovens; participação da SNJ na sala de situação “Igualdade de Gênero” do Fórum Direitos e Cidadania.

O grupo de trabalho de Mulheres Jovens, que conta com a participação de agentes governamentais e da sociedade civil, tem como objetivo fortalecer a articulação entre as diversas políticas públicas do governo federal, além de ser um espaço permanente de formulação, sensibilização e diálogo para a qualificação das ações governamentais voltadas às jovens.

Para 2012, a SNJ estabeleceu como prioridade, em parcerias com outros agentes, iniciativas e metas que priorizam a articulação de ações voltadas para as áreas da saúde e sexualidade, da educação, do trabalho, da cultura, meio ambiente e da comunicação, entre outras. Será preciso impulsionar um amplo diagnóstico sobre a condição da mulher jovem no Brasil, com indicadores criados a partir de dados desagregados por idade, sexo e raça, e que deverão subsidiar e balizar as políticas públicas de juventude na perspectiva de construção da igualdade.

CULTURA E JUVENTUDE

Por entender que a dimensão cultural é uma prioridade para a formação e construção da identidade do jovem na contemporaneidade, a Secretaria Nacional de Juventude abriu um importante diálogo com o Ministério da Cultura em 2011. Esta iniciativa tem a perspectiva tanto de promover a interface de programas já consolidados do MinC com a Política Nacional de Juventude, quanto de abrir novas frentes de integração das políticas de juventude e cultura.

Esta opção de articular a cultura aos processos de autonomia deste segmento parte tanto do princípio de que a produção cultural, especialmente neste momento em que o Brasil acelera o seu desenvolvimento, é um campo amplo de trabalho para a juventude, quanto de que a emancipação também deve ser buscada a partir de construções simbólicas do jovem para ele mesmo e do jovem perante a sociedade. Assim, a SNJ elabora a pauta de cultura e juventude a partir de dois aspectos centrais: os mais pragmáticos, mais focados nas demandas mais urgentes da juventude, e aqueles voltados para valores de identidade e de cidadania cultural.

Esta interface com o Ministério da Cultura foi o pontapé para a construção da política de cultura e juventude, mas também já se materializou em uma primeira ação concreta. Em dezembro, foi lançado o Prêmio Agente Jovem de Cultura – Diálogos e Ações Interculturais. O concurso vai conceder 500 prêmios, no valor de R\$ 9 mil cada, a iniciativas culturais já realizadas e concluídas, propostas por jovens agentes culturais de todo o país. A iniciativa também conta com a parceria do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para 2012, além da continuação das ações do prêmio, será instalado um grupo de trabalho para discutir e acompanhar as ações de cultura de juventude. O GT contará com a participação de ministérios e de representantes da sociedade civil.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo de 2011 foi desenvolvida uma intensa agenda de relações internacionais para as políticas de juventude. O posicionamento do Brasil é baseado na cooperação Sul-Sul, ou seja, no fortalecimento das iniciativas que promovam os direitos dos jovens de países emergentes, por meio da interface dos seus órgãos de juventude e de relação entre a sociedade civil. Também é priorizada a intensificação dos organismos internacionais voltados para o tema, com o entendimento de que são parceiros importantes de consolidação destas políticas no âmbito internacional.

A Secretaria Nacional de Juventude tem participação ordinária na Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul, na Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ) e na Reunião de Ministros e Responsáveis de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nestes espaços, é fortalecida a diretriz do governo brasileiro com relação à participação social, envolvendo o Conselho Nacional de Juventude e organizações da sociedade civil nos debates.

A SNJ, neste momento, consolida relações bilaterais com base na construção de memorandos de entendimentos para cooperação horizontal e troca de experiências em boas práticas de políticas públicas de juventude. Os temas são variados – cultura, saúde,

trabalho, educação, participação social, entre outros – e contribuem para a consolidação e ampliação dos direitos da juventude e da integração regional.

2011 também foi o Ano Internacional da Juventude da ONU, que aconteceu de agosto de 2010 até agosto de 2011. Nesta agenda, a SNJ consolidou atividades importantes:

- Participação no Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre Juventude, realizada em 25 e 26 de julho de 2011 em Nova York, como o tema “Juventude: diálogo e compreensão mútua”, como parte das atividades do Ano Internacional da Juventude;
- Assinatura do memorando de entendimento para cooperação internacional Sul-Sul, com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). O termo prevê a cooperação horizontal do Brasil com outros países intermediado pelo UNFPA para implementação, avaliação e transferência de tecnologias sociais de políticas de juventude;
- Aprovação do programa Jovensur: Seminário Permanente de Integração da Juventude do Mercosul – REJ;
- Seminário sobre Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude;
- Protocolo de intenções com a ONU Mulheres;
- XLVI Reunião do Conselho Diretor da Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ). A vice-presidência foi assumida pelo Brasil;
- Reunião Especializada de Juventude do Mercosul;
- 4ª Edição da Escola Regional Most-Unesco;
- 7º Fórum de Juventude da Unesco;
- Congresso Organização Caribenha e Latino-Americana de Estudantes (Oclae);

- Reunião de Ministros e Responsáveis de Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Reunião do Comitê de Especialistas para o monitoramento da Convenção Iberoamericana de Direitos da Juventude (CIDJ);
- XLVII Reunião Conselho Diretor da OIJ, realizada no Brasil.

A política de relações internacionais traz uma série de desafios e perspectivas para a SNJ nos próximos anos, entre elas, a Mostra Jovem CPLP no Brasil em 2013, a Jornada Mundial da Juventude também no Brasil em 2013, a Rio+20, o Programa Permanente de Integração Regional da Juventude (Jovensur), Articulação do Observatório/Centro de Estudos Latino-Americano de Juventude, implementação de projetos de cooperação através do memorando de entendimento com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), além da realização da Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude. O Brasil ainda assumirá a presidência Pro Tempore da REJ/Mercosul durante o Ano da Juventude no Mercosul, que compreende de 2012 a 2013.

AGENDA DO TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE

A conquista de condições decentes de trabalho para a juventude brasileira é fundamental para o desenvolvimento do país. Para além da simples ocupação de postos de empregos, a atual Política Nacional de Juventude deve estar focada para garantir que o jovem tenha um trabalho que viabilize a sua plena emancipação articulando a conquista do trabalho digno e respeito aos direitos conquistados. É por isso que a Secretaria Nacional de Juventude incluiu a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude

(ANTDJ) na sua pauta de prioridades em 2011 e ao longo da gestão.

De forma permanente, a SNJ coordena juntamente com o MTE, o Subcomitê de Trabalho Decente e Juventude, que conta com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O subcomitê apresentou, em julho de 2011, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude e discutiu as atividades que o grupo realizaria nas conferências estaduais sobre o tema. Criado por decreto presidencial em junho de 2009, o subcomitê é composto por integrantes do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e por representantes de outros órgãos, indicados pelo comitê executivo do colegiado.

Este subcomitê promove o diálogo direto com as organizações da sociedade civil, de empregadores e trabalhadores, por meio de um grupo de trabalho consultivo da ANTDJ, composto pelas confederações empresariais e pelas centrais sindicais. Após uma série de reuniões, o subcomitê e o GT consultivo construíram, de forma tripartite, o documento intitulado Agenda de Trabalho Decente para Juventude, publicado em julho de 2011. A perspectiva é que este documento contribua para promover o trabalho decente para os jovens no Brasil, além de fortalecer esse tema na elaboração das políticas públicas.

Por se tratar de um assunto prioritário, a Secretaria compõe a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Trabalho e Emprego Decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As suas etapas estaduais e regionais já aconteceram e a nacional, que será em maio de 2012, exigirá uma participação ainda mais ativa da SNJ.

COMUNICAÇÃO

A comunicação é entendida como parte estruturante da estratégia da SNJ, uma vez que ela faz parte de uma política global que atende à demanda de informações de todas as partes interessadas - das mais presentes às mais distantes - e que se organize como o meio de relacionamento entre os espaços institucional (governo) e público não estatal (sociedade). Em 2011, a SNJ buscou estabelecer um maior diálogo com a população jovem, criar novas formas de divulgação do trabalho, além de gerar maior interface com a sociedade civil.

Na implementação desse plano, incluiu-se novas mídias e foram executados alguns produtos, como: definição do fluxo de relacionamento com a imprensa, criação do site da SNJ, criação de um hot site específico para a 2ª Conferência Nacional de Juventude, reformulação do site do Conjuve, produção de material institucional da Secretaria. Ao levar em conta a multiplicidade de possibilidades midiáticas e a ascensão de ferramentas de produção de conteúdo, a Secretaria também criou perfis nas mídias sociais: twitter (@SNJuventude) e facebook (Secretaria Nacional de Juventude – SNJ).